

REATIVAÇÃO DA MARIA FUMAÇA TRAZ O PASSADO DE VOLTA

Curitiba com sua roupa de domingo, sóbria, cinza e úmida, mas em dia de festa. Tudo como antigamente, como só aqui permanece possível. Logo cedo, embaixo de chuva, carros antigos em desfile chegam à antiga Estação Ferroviária que há dez anos sohava com a volta de seus velhos amigos — a Maria Fumaça, o macacista, o suor do foguista, ipitos, sinos e seus filhos pródigos turistas passageiros.

Antes da partida da Maria Fumaça com destino à Lapa, a velha estação abriu as portas de sua história sob os olhares dos curiosos — antes do trem, um passeio pelo Museu Ferroviário. Na plataforma a banda do Corpo de Bombeiros mimava a recordação das letras do passado. Tudo como manda o figurino numa solenidade — a viagem inaugural do passeio turístico Curitiba-Lapa. Autoridades presentes, mesmo sem artola ou chapéu de oco e coleie, davam o sinal oficial à volta da Maria Fumaça.

Seu prefeito Requião, seu ministro Afonso Caçargo, jornalistas de muitos títulos, tipos e páginas, convidados especiais e mais do que especiais como os três sanfaneiros e um regional do amba, embarcaram todos no mesmo trem, às 9 horas. Meia hora mais tarde, no esforço arduo de uma outra Maria Fumaça, 280 passageiros lotavam os quatro vagões. O mesmo estio: Lapa, o mesmo esje: lazer, prazer, alegria de tempos amados.

Na marcha lenta da



A estação de Balsa Nova.

Maria Fumaça o cenário da região descorinado em fogo e fumaça, dava mostras de sua beleza mesmo em tempos duros de estiagem. Verde que te quero verde. Mas naquele dia de domingo chuvoso, ninguém pensava na seca, nem passageiros nem homens do campo, que ao apito do trem corria aí a beira da estrada de ferro abanando lenços coloridos, levando crianças no colo para ver uma cena há muito esquecida — a poesia de um trem.

A estação de Balsa Nova inaugurada, com banda, fitas cortadas, o apito que a viagem siga e destino se cumpra. A Lapa aguardava ansiosa e faceira, com rubor de moça prendada e casamenteira, a chegada de seus convidados. Meio-dia, a Maria Fumaça valente vencia os 80 km que separam as estações de partida e chegada. O cenário, perfeito. Incrustada nas pe-

dras das construções laterais e a magia se supera a cada colina, a cada cerca, a cada rosto rosado e emoldurado por cabelos louros quase brancos. Na segunda vez que passou o trem, novamente os cavalos e os rebanhos de gado se assustaram com tanto resfogar, e sons estranhos de um passarinho em linha de ferro. Mas logo tudo voltará ao normal. Os abraços a acenar irão diminuir com o tempo, os animais não mais se surpreenderão ante a visão da Maria Fumaça, não haverá bandas esperando nas estações, nem autoridades pelos vagões. O ritmo, a poesia e a magia dos velhos trens é eterna. E a saudade de ver passar e de viajar na Maria Fumaça já deixou de existir. Basta um domingo livre...

(Correio de Notícias Curitiba, 4 de fevereiro de 1986).

PRODUTORES DE FUMO

O aumento de 318 por cento solicitado pelos produtores de fumo do Paraná recebeu apoio da Agricultura do Estado (FAEP), depois que os fumicultores tomaram posição contra as indústrias do setor que fixaram o reajuste em 255 por cento. O movimento atinge também Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Outra solicitação dos plantadores é de que a cultura tenha o mesmo tratamento de outros setores agrícolas, onde os preços são corrigidos trimestralmente, de acordo com a variação da ORTN. A posição adotada pela FAEP destaca não ser justo que o fumo seja reajustado em abril, uma vez que o agricultor colhe a sua produção apenas em novembro. A justificativa apresentada foi de que a fumicultura exige gastos elevados, especialmente agrotóxicos, cujos preços sofrem constantemente aumentos.

CAFÉ/RECUPERAÇÃO

O governador do Paraná, José Richa, entregou no Rio, ao presidente do IBC, Carlos Alberto Leite Barbosa, um plano para recuperação da cafeicultura paranaense, que prevê, basicamente, a estabilização do parque cafeeiro em 500 mil hectares — menos de 100 mil que a área hoje em exploração. Segundo o secretário da Agricultura, Francisco Albuquerque Neto, que acompanhou o governador, "para a execução do plano serão necessárias a renovação de 120 milhões de covas, a reposição de outros 40 milhões, a liberação de crédito de custeio com prazo de três anos para pagamento e ampliação da estrutura de assistência técnica". Albuquerque lembrou ainda que as chuvas fora de época e a atual estiagem reduziram de 225 mil para 126 mil toneladas a próxima safra paranaense, com prejuízos próximos a 5 trilhões de cruzeiros. O governador, segundo o secretário, enfatizou ao presidente do IBC a importância da cafeicultura como geradora de empregos na área rural, pois a execução do plano de renovação deverá proporcionar estragos na área rural, pois a execução do plano de renovação deverá proporcionar trabalho para 100 mil famílias durante todo o ano e mais 50 mil na época da colheita.

A reposição das florestas

O Paraná poderá enfrentar, em curto espaço de tempo, uma nova estiagem, se não forem adotadas medidas de emergência para aplicação do Projeto de Reposição Florestal.

A afirmação é do biólogo Eládio Del Rosal, do Departamento de Recursos Naturais Renováveis do Instituto de Terras, Cartografia e Florestas (ITCF).

A reposição das florestas do Paraná é uma das questões mais urgentes para enfrentar situações críticas como a da seca, defende o biólogo, e esclarece: "retirar do solo os nutrientes que precisa uma floresta, devolve ao ambiente muito mais água do que a provocada pela evaporação de rios e lagos".

Atos do Poder Executivo

LEI N.º 8.279

Data 16 de janeiro de 1986
Súmula: Dispõe sobre a regularização de créditos tributários devidos em decorrência de infrações à legislação do ICM, cometidas anteriormente a 20 de novembro de 1985 e adota outras providências.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Os créditos tributários devidos em decorrência de infração à legislação do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias (ICM) cometidas anteriormente a 20 de novembro de 1985, terão a sua regularização, incentivada mediante a dispensa do pagamento de 70% (setenta por cento) dos valores da multa, dos juros e da correção monetária, desde que o pagamento do restante seja feito:

I — em única parcela no prazo de 60 dias contados da data da publicação desta Lei, ou;

II — em 6 (seis) parcelas mensais e consecutivas acrescidas dos juros e da correção monetária vincendos, devendo a primeira parcela ser paga no prazo referido no inciso anterior.

Parágrafo único — A fruição dos benefícios previstos neste artigo é condicionada a que o imposto declarado em Guia de Informação e Apuração do ICM (GIA/ICM), vencido entre 20 de novembro e a data da publicação desta Lei, esteja devidamente regularizado.

Art. 2º — Os valores do ICM ainda não objeto de pagamento, cujos prazos de pagamento tenham expirado anteriormente a 1º de julho de 1985, poderão ser pagos, sem multa, com os demais benefícios previstos no artigo anterior, desde que identificados e declarados formalmente pelo devedor à repartição fiscal do seu domicílio tributário no ato do pagamento da parcela única ou da 1ª parcela, conforme o caso.

Art. 3º — O saldo devedor dos créditos tributários que estejam sendo pagos através de parcelamento poderão ser resolvidos com os incentivos previstos no artigo 1º.

Art. 4º — O não pagamento de quaisquer parcelas nos prazos fixados importará na imediata exigência do saldo do crédito tributário, prevalecendo os benefícios desta Lei, apenas proporcionalmente aos valores das parcelas pagas, sendo as quantias não pagas automaticamente inscritas em Dívida Ativa para cobrança judicial ou lançadas em Auto de Infração, no caso do artigo 2º.

Art. 5º — Quando o crédito tributário já houver sido ajuizada para cobrança executiva, o sujeito passivo deverá comprovar, preventivamente, a quitação das despesas processuais ... vetado ...

§ 1º — Ficam isentas de honorários as ações de executivo fiscal ajuizadas por componentes do Quadro de Servidores da Procuradoria Geral do Estado e por membros do Ministério Público.

§ 2º — Os encargos e despesas processuais de que trata o "caput" deste artigo serão calculados pelo valor legal, deduzidos os mesmos percentuais previstos no artigo 1º.

Art. 6º — Ficam extintos os critérios tributários devidos em decorrência de infração à legislação do ICM cometidas anteriormente a 1º de outubro de 1985, inclusive os inscritos em Dívida Ativa; ajuizados ou não, cujo valor atualizado até a data da publicação desta Lei, seja igual ou inferior a 10 (dez) Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional (ORTN) do mês de outubro de 1985.

Parágrafo único — O disposto neste artigo não se aplica a saldos ou prestações de parcelamento de créditos tributários em que o valor total parcelado seja superior a 10 (dez) Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional (ORTN) do mês de outubro de 1985.

Art. 7º — Os benefícios desta Lei aplicam-se nos débitos de responsabilidade funcional aplicados pelo Tribunal de Contas do Estado, cuja intimação tenha sido expedida até a data da publicação desta Lei, exceto quanto aos débitos oriundos de fraude ou ilícitos penais.

Art. 8º — O disposto nesta Lei não autoriza a restituição ou compensação de créditos tributários já extintos.

§ 1º ... vetado ...

§ 2º ... vetado ...

Art. 9º — Esta Lei será regulamentada por norma complementar que a Secretaria das Finanças fica autorizada a expedir nos termos do art. 52, inciso II, da Constituição do Estado do Paraná.

Art. 10 — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio do Governo em Curitiba, em 16 de janeiro de 1986.

JOSÉ RICHA
Governador do Estado
JOÃO ELÍSIO FERRAZ DE CAMPOS
Secretário de Estado das Finanças

A bola volta a rolar EM CAMPO LARGO

DOMINGO DIA 23/02/86

A Liga Campolarguense de Futebol através de seu presidente Altair comunica a todos os desportistas campolarguenses que neste ano de 1986 resolveu motivar o nosso futebol. Atuando com duas divisões de amador e também um bom quadro de árbitros os mesmos foram convocados por uma diretoria da Liga Campolarguense de Futebol este grupo é formado em duas classes, A e B.

PROSSEGUINDO

A 1.ª DIVISÃO DE AMADORES conta com seis equipes: Fanático F.C., Internacional E.C., Ferraria F.C., Corcovado F.C., Clube Atlético Paranaense, Associação Wiking.

A 2.ª DIVISÃO DE AMADORES: Saad F.C. ABI - Ass. Bair. Itaqui, Bugrense F.C., União Batista, União Rodeio, São Luiz E.C.

Vende-se

Um terreno medindo 14 x 29 localizado próximo ao Fanático F.C. — Tratar pelo fone 292-2702.

VENDE-SE

TRATAR PELO FONE: 292-4024
EM HORÁRIO COMERCIAL.

Segunda quinzena de fevereiro de 1986

Campo Largo, 22 de fevereiro de 1986

O METROPOLITANO

Prefeitura Municipal de Campo Largo

ESTADO DO PARANÁ
Departamento de Finanças
Editorial N.º 004/86

Para os fins da Lei Municipal N.º 612 de 21 de Setembro de 1983, o Departamento de Finanças divulga recente batalha ou elementos relativos às obras de Pavimentação da Rua XV DE NOVEMBRO, trecho entre a Rua Jose Soares Pinto ao KM 0,000 e KM 0,500.

Fim da Pavimentação em paralelepípedos da rua neste discriminado.

a) Memorial descritivo do projeto.

1- Pavimentação com paralelepípedos

2- Colchão drenante com areia

3- Recobrimento com pó de pedra

4- Leito-fio com sarjeta

5- Galarias pluviais

6- Caixas coletoras com grelha e boca de lobo

7- Passeios

8- Administração: despesas administrativas decorrentes da execução da obra.

b) Orçamento fixo da obra: valores discriminados nos quadros abaixo

c) Detalhamento das zonas beneficiadas

d) Determinação do fator de absorção de benefícios: o fator de absorção de benefícios da valorização dos imóveis lindarenses do logradouro é da ordem de 100% do custo da obra.

É fixado o prazo de 30 dias contados da data de publicação do presente Editorial para impugnação pelos interessados, mediante requerimento ao Prefeito Municipal de qualquer dos elementos constantes neste Editorial cabendo ao mesmo o recolhimento do tributo sera feito diretamente ao Tesouro Municipal.

LICITAÇÃO N.º 004/86

O PREFEITO MUNICIPAL DE BALSAS NOVA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais:

DETERMINA:

Fica autorizado o enquadramento da servidora, MARIA JOSÉ DA SILVA CAETANO, sob Regime de Consolidação das Leis do Trabalho, Categoría Funcional, Serviços de Saúde, como Auxiliar de Enfermagem, Referência 03.

CUMPRIMENTO

Balsa Nova, 16 de Janeiro de 1.986

OSVALDO VANDERLIS COSTA
Prefeito Municipal.

EVIDÊNCIA N.º 004/86

O PREFEITO MUNICIPAL DE BALSAS NOVA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais:

DETERMINA:

Fica autorizado o enquadramento do servidor, JOSÉ RICARDO CUSTODIO, sob Regime de Consolidação das Leis do Trabalho, Categoría Funcional, Serviços de Saúde, como Auxiliar de Enfermagem, Referência 03.

CUMPRIMENTO

Balsa Nova, 16 de Janeiro de 1.986

JOÃO REBEATO CUSTODIO
Diretor de Finanças

EVIDÊNCIA N.º 004/86

O PREFEITO MUNICIPAL DE BALSAS NOVA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais:

DETERMINA:

Fica autorizado o enquadramento do servidor, JOSÉ RICARDO CUSTODIO, sob Regime de Consolidação das Leis do Trabalho, Categoría Funcional, Serviços de Saúde, como Auxiliar de Enfermagem, Referência 03.

CUMPRIMENTO

Balsa Nova, 16 de Janeiro de 1.986

OSVALDO VANDERLIS COSTA
Prefeito Municipal.

EVIDÊNCIA N.º 004/86

O PREFEITO MUNICIPAL DE BALSAS NOVA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais:

DETERMINA:

Fica autorizado o enquadramento da servidora, SUELLEN KUNIK, sob Regime de Consolidação das Leis do Trabalho, Categoría Funcional, Serviços de Portaria / Vigilância e Auxiliares como Servente, Referência VI.

CUMPRIMENTO

Balsa Nova, 16 de Janeiro de 1.986

OSVALDO VANDERLIS COSTA
Prefeito Municipal.

EVIDÊNCIA N.º 004/86